



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 11ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0009098-74.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOAO FERREIRA DE AMORIM

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA

DESPACHO

Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove a situação de hipossuficiência alegada, juntando os documentos necessários para a concessão da justiça gratuita, ou, alternativamente, efetue o pagamento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290, do Novo CPC.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Recife, 02 de março de 2020.

Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres
Juiz de Direito

VV





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 11ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0009098-74.2020.8.17.2001
AUTOR: JOAO FERREIRA DE AMORIM

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 11ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 58620804 , conforme segue transcrito abaixo:

"Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove a situação de hipossuficiência alegada, juntando os documentos necessários para a concessão da justiça gratuita, ou, alternativamente, efetue o pagamento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290, do Novo CPC."

RECIFE, 8 de abril de 2020.

AILTON DA SILVA BARBOSA
Diretoria Cível do 1º Grau



PETIÇÃO EM ANEXO.





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL, SEÇÃO B DA CAPITAL
– PERNAMBUCO.**

JOÃO FERREIRA DE AMORIM, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** que move contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.** E OUTRA, vem, através de seu Advogado ao final assinado, juntar aos autos, **documento de comprovação (carteira de trabalho)**, com fito de suprir o despacho de fls., e esclarecer o que segue:

Que o último emprego onde o autor teve carteira assinada findou no ano de 1986, onde atuou como servente, desde então, o autor vem se desdobrando em trabalhos informais e temporários para sustentar sua família.

Desta forma, restando clara, a impossibilidade do autor em custear as custas processuais advindas desta demanda, assim preenchendo tal requisito, vem reiterar o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do artigo 98 e seguintes da lei 13.105/2015.

Ante tal cumprimento, pugna pela designação de perícia judicial, visando adequação da debilidade a qual o autor fora acometido, nos termos da legislação vigente.

Nestes termos

Pede deferimento

RODRIGO ALVES DIAS – OAB/PE 23.351

THIAGO FELIPE DIAS DE MELO – OAB/PE 53.167





MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Pollegar Direito



Série

D.

R.

T.

513

(CON)

Número

M. J.

ASSINATURA DO PORTADOR

Thiago Felipe Dias de Melo



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

RODOVIÁRIA CURAÇA LTDA.

Rua

GAS GOES MONTEIRO

Nº

488

Município

RECIFE

Est.

PE

Esp. do estabelecimento

TRANSP RODOCARIA

Cargo

SERVENTE

C.B.O. nº

Data admissão

01

de

NOVEMBRO

de 19

85

Registro nº

Fls/Ficha

21

Remuneração especificada

R\$ 138.461 (CENTO E TR

ZINTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E

ESSENTA E OITO CRUZEIROS) P/SEMANA

RODOVIÁRIA CURAÇA LTDA.

Ass. do empregador ou a rōgo c/ test.

1º

2º

Data saída

de

17 de Março

de 19

86.

RODOVIÁRIA CURAÇA LTDA.

Ass. do empregador ou a rōgo c/ test.



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome

Loc. Nasc.

Data

Est.

Filiação

Civil

Doc. N.º

Liv.

Reg. Civil

Foto doc.

Situação Militar Doc.

N.º 839080

Órgão

Est.

Naturalizado Dec. N.º

Em

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. N.º

Exp. em

Estado

Obs.

Data Emissão

DRT



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 11ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0009098-74.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOAO FERREIRA DE AMORIM

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA

DESPACHO

Inicialmente, defiro os benefícios da Justiça gratuita à demandante, nos termos do art. 98, do Novo CPC.

Proceda a secretaria com a citação da demandada para integrar a lide e intime-a, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência do artigo 344, do Novo Código de Processo Civil.

Apresentada a peça de defesa, intime-se a parte autora, para, querendo, apresentar réplica.

Após, tendo em vista que se trata de demanda referente a cobrança de seguro DPVAT e essas ações, como de praxe, necessitam de laudo médico para identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões). Sem esse exame a ré sempre se recusa a fazer qualquer tipo de transação.

Sendo assim, determino a realização de produção de prova pericial, visando comprovar a existência de lesão e o seu grau, conforme alegado pela parte autora.

Em consequência, **nomeio como perito do juízo o Dr. JOSÉ WANDERLEY DE SIQUEIRA, CRM-PE: 008024/PE**, contato E-mail drwanderley10gmail.com , informando ainda o telefone para contato na Secretaria desse Juízo, que aceitou o encargo verbalmente, fixando seus honorários em R\$ 300,00 (trezentos reais), importância estabelecida por meio de convenção entabulada entre a Seguradora Líder e o TJPE (DPVAT/JUR-583/2015 e Ofício nº 005/2015-TJPE/CGSRCAC).

Intime-se a demandada para efetuar o pagamento dos honorários periciais no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de sofrer os efeitos da lei.

Intimem-se as partes para, querendo, oferecerem quesitos complementares no prazo de 15 (quinze) dias.

Após, voltem os autos conclusos.

Cumpra-se.

RECIFE, 4 de junho de 2020

Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres
Juiz de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 11ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0009098-74.2020.8.17.2001
AUTOR: JOAO FERREIRA DE AMORIM

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 11ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 63011482, conforme segue transcrito abaixo:

"DESPACHO Inicialmente, defiro os benefícios da Justiça gratuita à demandante, nos termos do art. 98, do Novo CPC. Proceda a secretaria com a citação da demandada para integrar a lide e intime-a, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência do artigo 344, do Novo Código de Processo Civil. Apresentada a peça de defesa, intime-se a parte autora, para, querendo, apresentar réplica. Após, tendo em vista que se trata de demanda referente a cobrança de seguro DPVAT e essas ações, como de praxe, necessitam de laudo médico para identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões). Sem esse exame a ré sempre se recusa a fazer qualquer tipo de transação. Sendo assim, determino a realização de produção de prova pericial, visando comprovar a existência de lesão e o seu grau, conforme alegado pela parte autora. Em consequência, nomeio como perito do juízo o Dr. JOSÉ WANDERLEY DE SIQUEIRA, CRM-PE: 008024/PE, contato E-mail drwanderley10gmail.com, informando ainda o telefone para contato na Secretaria desse Juízo, que aceitou o encargo verbalmente, fixando seus honorários em R\$ 300,00 (trezentos reais), importância estabelecida por meio de convenção entabulada entre a Seguradora Líder e o TJPE (DPVAT/JUR-583/2015 e Ofício nº 005/2015-TJPE/CGSRCAC). Intime-se a demandada para efetuar o pagamento dos honorários periciais no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de sofrer os efeitos da lei. Intimem-se as partes para, querendo, oferecerem quesitos complementares no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem os autos conclusos. Cumpra-se. RECIFE, 4 de junho de 2020 Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres Juiz de Direito"

RECIFE, 17 de junho de 2020.

TACIANA MARTINS AMORIM BARBOSA BARROS
Diretoria Cível do 1º Grau

